**ANEXO II**

|  |
| --- |
| **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA****IN CGU Nº 04/2020** |
| **PROCESSO RELACIONADO** |  |
| **1 - IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR COMPROMISSÁRIO** |
| NOME:  |
| REGISTRO:  | LOTAÇÃO:  |
| TELEFONE:  | E-MAIL:  |
| **2 - AUTORIDADE CELEBRANTE** |
| NOME:  |
| CARGO: |
| **3 - AUTORIDADE HOMOLOGADORA** |
| NOME:  |
| CARGO:  |
| **4 - PROPOSTA DE TAC** |
| OFÍCIO  |  |  | A PEDIDO |  |  |
| **5 - FUNDAMENTOS DE FATO E DIREITO** |
| Considerando o baixo potencial ofensivo da irregularidade objeto do presente processo, **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(descrição da conduta)**Considerando não haver indícios de crime contra a Administração Pública ou improbidade administrativa; de circunstância prevista no art. 128 da Lei nº 8.112, de 1990, que justifique a majoração da penalidade de advertência ou similar; e de conduta infracional que tenha acarretado prejuízo ao erário superior a 8 mil reais.Considerando que o Termo de Ajustamento de Conduta tem por objetivo garantir a eficiência e racionalidade indispensáveis na atuação das corregedorias em toda a Administração Federal, e em obediência aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público por meio da racionalização dos procedimentos administrativos.A autoridade instauradora firma o presente compromisso, por meio do qual o empregado interessado assume a responsabilidade pela irregularidade a que deu causa e compromete-se a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos nos normativos pertinentes. |
| **6 - DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO** |
|  |  |
| **7 - DECLARAÇÃO DE ASSUNÇÃO DE RESPONSABILIDADE** |
| O compromissário assume a responsabilidade pela irregularidade a que deu causa, descrita no item 5, e compromete-se a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente, nos termos do presente Termo de Ajustamento de Conduta.(exemplificativo) |
| **8 - COMPROMISSO** |
| O compromissário declara reconhecer a inadequação da sua conduta e compromete-se a observar e a cumprir o elenco de deveres e proibições a que está sujeito enquanto empregado público da Companhia Docas do Rio de Janeiro – CDRJ, notadamente os previstos na Constituição Federal, na Lei nº 9.784/1999, na Lei nº 12.815/2013, bem como no Código de Ética da CDRJ, as regulamentações internas e os demais atos normativos que compõem a Legislação Específica dos Portos, na Consolidação das Leis do Trabalho e em normas editadas pela CDRJ.O compromissário assume o dever de doravante, em situação similar, agir dentro das cautelas e formalidades exigidas pela disciplina e pela ética e, em caso de dúvida, buscar a devida orientação. |
| **9 - EXISTÊNCIA DE PREJUÍZO AO ERÁRIO (até 8 mil reais, quando não caracterizar extravio ou dano a bem público em que seja cabível apuração por Termo Circunstanciado Administrativo - TCA)** |
| SIM |  |  | NÃO |   |  |
| VALOR DO RESSARCIMENTO: |  |
| **10 - PRAZO DE CUMPRIMENTO** |
|  |
| **11 - FORMA DE FISCALIZAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES** |
| Será realizada pela chefia imediata do empregado, ora exercida \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, a quem será encaminhada cópia deste Termo. |
| **12 - DECLARAÇÃO SOBRE ATENDIMENTO ÀS VEDAÇÕES** |
| O compromissário declara, ainda:1. Não ter, nos últimos dois anos, gozado do benefício estabelecido na IN CGU nº 4/2020;
2. Não possuir registro válido de penalidade disciplinar em seus assentamentos funcionais;
3. Estar ciente que, declarado o cumprimento do TAC, não será instaurado procedimento disciplinar pelos mesmos fatos objeto do ajuste, e que o seu descumprimento poderá ser objeto de consideração no exame de novas ocorrências no bojo de processo disciplinar que eventualmente venha a ser instaurado.
 |
| **LOCAL E DATA** |
| Rio de janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 20\_\_. |
| ASSINATURA DO COMPROMISSÁRIO |
| ASSINATURA DA AUTORIDADE CELEBRANTE |